DIREITO PREVIDENCIÁRIO NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: sentença do caso Acevedo Buendía vs. Peru

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

A sentença do caso Acevedo Buendía vs. Peru proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), representa um marco importante no que diz respeito à justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais (DESC) no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. O caso envolveu a alegação de violação de direitos trabalhistas e previdenciários de um grupo de funcionários demitidos e aposentados da Controladoria Geral da República do Peru. As vítimas alegaram que o Estado peruano descumpriu decisões judiciais internas que determinavam a restituição de valores devidos a título remuneratório, resultantes da equiparação de seus vencimentos com os de servidores em funções semelhantes. Diante desse cenário, o presente estudo propõe o seguinte problema de pesquisa: o descumprimento das sentenças judiciais internas pelo Estado peruano configurava uma violação dos direitos protegidos pela Convenção Americana de Direitos Humanos, em particular no que concerne aos DESC?

Objetivo

Analisar a responsabilidade internacional do Estado peruano pelo suposto descumprimento das sentenças judiciais internas e determinar se houve violação dos direitos protegidos pela Convenção Americana.

Material e Métodos

Na espécie, utilizou-se uma metodologia de pesquisa documental, baseada na análise de documentos como as sentenças judiciais internas, os relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e os argumentos apresentados pelas partes envolvidas. A pesquisa documental é um método de investigação científica que se baseia na análise de documentos diversos para obter informações e construir conhecimento sobre um determinado tema, utiliza fontes primárias, ou seja, documentos que ainda não passaram por tratamento científico.

Resultados e Discussão

A sentença do caso Acevedo Buendía contribuiu para o desenvolvimento da jurisprudência da CIDH em relação aos DESC, estabelecendo um precedente importante para casos futuros. A decisão da CIDH nesse caso reforça a importância do respeito às decisões judiciais internas e da garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. A sentença fortaleceu o Sistema Interamericano de

Direitos Humanos ao demonstrar seu compromisso com a proteção dos DESC. Essa decisão contribui para a consolidação do Sistema Interamericano como um importante mecanismo de proteção dos direitos humanos na região.

Conclusão

A corte determinou medidas de reparação para vítimas. A decisão da CIDH nesse caso reforça a importância do respeito às decisões judiciais internas e da garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Além disso, a sentença concretiza a efetivação do Direito Previdenciário no âmbito da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos. Casos contenciosos em trâmite. 2009. CASO ACEVEDO BUENDÍA E OUTROS VS. PERU. Disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_198_ing.pdf. Acesso em 26 de mar. 2025